

## **Campanha #euvoucontar: ativismo digital pela descriminalização do aborto no Brasil<sup>1</sup>**

Cristiane Guilherme BONFIM<sup>2</sup>

Pesquisadora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará

### **Resumo**

Este artigo propõe um estudo etnográfico no Facebook sobre a campanha #euvoucontar, veiculada na internet pela ONG Anis a favor da descriminalização do aborto no Brasil. A partir de Hine (2016) e Polivanov (2013), é analisado como a iniciativa afetou seguidores da fanpage da Anis na rede social. Na campanha ativista digital, mulheres que abortaram relatam dor física ou emocional, assistência inadequada à saúde e medo de serem criminalizadas. Seguidores da ONG no Facebook relataram maior sensibilização em favor da descriminalização por causa da campanha. Após a iniciativa, a professora Débora Diniz (UNB), uma das realizadoras, recebeu ameaças de morte e precisou deixar o Brasil.

### **Palavras-chave**

Aborto; feminismo; redes sociais; cidadania

### **Introdução**

Aborto é silêncio. Mulheres que abortam também calam. Guardam segredo a respeito de um tema fronteiro entre a lei, a moral e o tabu. Poucas conseguem contar o que fizeram quando se descobriram gestantes sem terem planejado se tornar mães. Como o procedimento de aborto induzido é crime no Brasil, existem apenas estimativas sobre o número de mulheres que decidem interromper a gravidez no país e sobre a quantidade de óbitos por esta causa.<sup>3</sup>

O tema aborto ainda é envolto pelo silêncio de muitas mulheres que preferem não serem julgadas pelo procedimento de interromper a gravidez. É sobre esse tabu que se manteve oculto por décadas que bell hooks (2018) comenta:

Vários de nós somos as crianças não planejadas de mulheres talentosas e criativas cuja vida foi mudada por uma gravidez não planejada ou indesejada. Nós testemunhamos a amargura, a raiva, a frustração com sua situação de vida.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), pesquisadora do grupo de pesquisa Mídia, Política e Cultura da UFC. E-mail: crisgbonfim@gmail.com

<sup>3</sup> Os dados oficiais indicam 121 óbitos por aborto em 2015, mas especialistas alertam que pode haver subnotificação. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-12/deputados-e-especialistas-divergem-sobre-dados-relativos-mortes-por-aborto>. Acesso em 1º de julho de 2018.

---

E estava claro para nós que não poderia haver qualquer libertação sexual genuína para mulheres e homens sem melhores e mais seguros métodos contraceptivos – sem o direito ao aborto seguro e legal. (HOOKS, 2018, n.p)

O objetivo central deste artigo é compreender, à luz da etnografia, como a campanha #euvoucontar, promovida pela ONG Anis, aborda o debate sobre a descriminalização do aborto no Brasil e afeta usuários do Facebook. Neste artigo, é discutido como se dá esse debate a partir da campanha #euvoucontar, que divulgou vídeos com relatos de mulheres que abortaram, e da repercussão do caso da universitária paulistana Rebeca Mendes. A análise leva em conta comentários postados por seguidores da fanpage da Anis no Facebook sobre o vídeo de Rebeca e respostas dadas para questionário aplicado a eles.

Rebeca é a personagem de um dos 48 vídeos divulgados desde setembro de 2017 e se tornou símbolo da iniciativa por ter entrado no Supremo Tribunal Federal (STF) com solicitação para realizar aborto sem se encontrar em um dos casos nos quais a lei brasileira permite o procedimento (risco de vida da mãe, gravidez oriunda de estupro e gestação de feto anencéfalo). A história da universitária mãe de dois filhos foi uma das que mais gerou engajamento na campanha desenvolvida pela organização não governamental Anis.

O pedido liminar de Rebeca, apesar de ter sido rejeitado sem análise do mérito, gerou impacto jurídico e midiático. Ela deu entrevista para veículos como as revistas Marie Claire e Piauí e a TV Brasil. O vídeo sobre o relato foi divulgado em 23 de novembro de 2017. A estudante de Direito<sup>4</sup> disse ter orgulho em dar visibilidade ao debate sobre a descriminalização do aborto no Brasil. O recorte leva em conta a repercussão do caso nas redes sociais e na mídia tradicional.

Redes sociais, como o Facebook,<sup>5</sup> são utilizadas pela Anis para ações de mobilização de pessoas em torno da descriminalização do aborto no Brasil e também para replicar notícias, artigos e outros conteúdos a respeito do tema e de outros relacionados a direitos humanos. A *hashtag* #euvoucontar foi criada em 2017 e difundida a partir de setembro daquele ano. Em 24 de junho de 2019 a ONG divulgou o vídeo 48 de um total de 52 previstos.

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida à autora em julho de 2018.

<sup>5</sup> Criado em 2004, o Facebook é considerado a maior rede social do mundo. Superou dois bilhões de usuários ativos em junho de 2017.

---

Em 2015, aproximadamente, 503 mil mulheres no Brasil fizeram aborto, segundo a Pesquisa Nacional de Aborto 2016, divulgada em 2017.<sup>6</sup> A Organização Mundial de Saúde (OMS) define aborto como a interrupção de uma gravidez antes de o feto se tornar viável para a vida extrauterina<sup>7</sup>.

### **Vozes femininas na internet**

Ouvir e divulgar, por meio de vídeos, as histórias das mulheres que decidiram interromper a gravidez foi o objetivo da *hashtag* #euvoucontar, segundo a Anis. Os relatos têm carga emocional e declarada motivação política. Este artigo é fruto de pesquisa mais ampla desenvolvida no mestrado na qual foi estudada a campanha que faz uso do ativismo digital na rede social Facebook. O objetivo era analisar se a iniciativa agrega apoio à causa da descriminalização do aborto no Brasil.

Fatores como religião, educação sexual, acesso à informação sobre serviços de saúde e a métodos anticoncepcionais perpassam o debate sobre os casos de interrupção voluntária da gravidez no Brasil. A intenção da campanha #euvoucontar divulgada na internet, segundo a ONG que no próprio site se autodenomina “organização feminista”<sup>8</sup>, é mostrar aos espectadores dos vídeos que “o aborto é um evento comum da vida das mulheres brasileiras”.<sup>9</sup>

A idealizadora da iniciativa é a antropóloga, professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB), Débora Diniz. Ela também está à frente da Anis, ONG criada em 1999, e narra a maior parte dos vídeos da campanha. Por causa da atuação em causas como a descriminalização do aborto, Débora Diniz recebeu ameaças de morte e passou a morar fora do Brasil em 2018. Em entrevista publicada em dezembro do mesmo ano, a pesquisadora disse que “é um perigo constante defender posições no país que mais mata ativistas dos direitos humanos.”<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> Pesquisa Nacional de Aborto. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017000200653&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017000200653&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 30 de março de 2018

<sup>7</sup> A Organização Mundial de Saúde (OMS) define como aborto a interrupção de uma gravidez antes do marco de viabilidade do feto para a vida extrauterina. Essa definição de viabilidade é variável em diferentes países, mas pode ser considerada entre 20 a 28 semanas de gestação e de peso fetal mínimo de 400 gramas a 1.000 gramas. Disponível em:

<[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/38211/1/who\\_TRS\\_461.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/38211/1/who_TRS_461.pdf)>. Acesso em 25 de junho de 2018

<sup>8</sup> Na apresentação divulgada no site a Anis declara ser “uma organização feminista que busca promover cidadania, igualdade e direitos humanos para mulheres e outras minorias”. <[www.anis.org.br/sobre/](http://www.anis.org.br/sobre/)> Acesso em 28 de junho de 2019

<sup>9</sup> Trecho de entrevista com a responsável pela campanha da Anis, Débora Diniz, feita para esta pesquisa.

<sup>10</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470\\_991854.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470_991854.html)

---

É na internet, por meio do uso de *hashtags* e de mobilizações em rede, que a Anis, sediada em Brasília, tem atuado no combate à criminalização do aborto e na abordagem de outros temas relacionados às mulheres e aos direitos humanos em geral. Prudêncio (2014, p. 88) observa que o “ativismo digital está menos relacionado a grandes causas de movimentos sociais e mais a campanhas específicas cujas marcas são as *hashtags* e o compartilhamento de conteúdo informativo para mobilizar quadros de atores coletivos e individuais”.

Num contexto em que minorias buscam mais representação política e representatividade, a internet assume papel central, tendo em vista a facilidade de utilização desse meio para difundir informações por meio de textos, vídeos, imagens e áudios. Babo (2017, p. 83) considera que o “net-ativismo, mediativismo ou mobilizações informacionais assenta-se num novo tipo de sociabilidade reticular que se desenvolve nas mídias participativas ou nas redes sociais digitais conectadas”. Para a autora, isso leva a “possibilidades de expressão e disseminação ilimitadas”.

Segundo dados do Comitê Gestor da Internet (CGI) divulgados em julho de 2018, a proporção de usuários de Internet no Brasil era de 67% em 2017. Isso significa que, em números absolutos, 120,7 milhões de brasileiros acessam a rede.

Débora Diniz<sup>11</sup> disse considerar que a interação de seguidoras nas postagens da #euvoucontar mostrou a potência de trazer o debate sobre aborto a partir de histórias reais e avaliou que a sensibilidade para o tema muda quando há a dor concreta de uma mulher real sendo contada. Segundo a Anis, a campanha recebeu 110 relatos colhidos ao longo de 19 dias pelo aplicativo WhatsApp.<sup>12</sup> Parte deles foi transformada em vídeos.

No Brasil, o Código Penal, aprovado em 1940, prevê, no artigo 124, que aborto é crime e que pode ser punido com até três anos de prisão para a grávida que o pratica ou que consente que o façam.<sup>13</sup>

A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 442, com o intuito de legalizar o aborto no país, aguarda julgamento no STF desde 8 de março de 2017. A ação foi movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e contou com assessoria da Anis para o tema. Nos dias 3 e 6 de agosto de 2018, houve audiências

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida à autora em janeiro de 2018.

<sup>12</sup> Aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e de chamadas de voz para smartphones criado em 2009.

<sup>13</sup> O Código Penal Brasileiro é de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em 07 de julho de 2018.

---

públicas sobre o tema, nas quais Débora Diniz foi uma das 60 pessoas que falaram a respeito, no Supremo<sup>14</sup>.

Na campanha #euvoucontar as histórias resvalam em dificuldades de acesso de mulheres à justiça e ao sistema público de saúde. Este artigo considera a importância dessas memórias individuais para a história coletiva das mulheres no Brasil. Costa (2018, p.60) destaca que “a rede potencializou uma estratégia feminista histórica, que se baseia na força agregadora do privado e das narrativas pessoais”.

É então que a história de Rebeca Mendes ganha relevância política. A voz dela é a de muitas outras que decidiram abortar. Interessa, assim, analisar como a história individual tem impacto entre usuários do Facebook. A postagem contava com nove mil visualizações, 168 reações, 195 comentários e 75 compartilhamentos até julho de 2018.

### **Abordagem etnográfica**

A campanha #euvoucontar teve vídeos divulgados de 28 de setembro de 2017 a junho de 2019 relatando histórias de abortos clandestinos. A campanha é avaliada como uma prática de comunicação alternativa da ONG Anis, em defesa de uma bandeira específica levantada por parte do movimento feminista.

#euvoucontar reivindica que as mulheres brasileiras tenham direito ao aborto seguro, realizado por profissionais em condições adequadas, e considera que criminalizar a interrupção da gravidez, no país, vai contra preceitos considerados fundamentais, previstos na Constituição Federal de 1988.

Para a ONG Anis, o aborto é uma questão de saúde pública que deve ser contemplada no âmbito dos direitos reprodutivos. Nesse sentido, também é relevante abordar a categoria de cidadania.

De acordo com Canclini (2008, p. 36), “a cidadania e os direitos não falam unicamente da estrutura formal de uma sociedade; indicam, além disso, o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de ‘interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas’.” Assim, a questão da cidadania das mulheres envolve também os direitos reprodutivos e o acesso delas aos serviços do sistema público de saúde no Brasil.

---

<sup>14</sup> Dados do site do Supremo Tribunal Federal (STF). Disponíveis em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=386005>> Acesso em 13 de dezembro de 2018

---

A história de Rebeca tornou-se símbolo da campanha da Anis. No Facebook da ONG, as mensagens foram tanto de apoio quanto de crítica. Apesar das facilidades trazidas, como a de aproximar pessoas interessadas em causas semelhantes, a atuação política na internet também apresenta dificuldades como a reverberação dos discursos de ódio nas redes sociais como o Facebook.

Entre o termo “ativismo de sofá” e a contribuição efetiva da internet para a participação política na reivindicação da cidadania e de uma democracia plena, há muitas nuances. Este artigo pretende contribuir para o entendimento mais amplo de como as relações em torno de uma causa – a descriminalização do aborto - se estabelece por meio da atuação da ONG e dos sentidos produzidos por seguidores dela no Facebook.

Para tanto, foi realizada análise de respostas a questionário feito com 33 seguidores da Anis no Facebook sobre a campanha promovida pela ONG pela descriminalização desse procedimento para todas as situações no Brasil. Postagens sobre o vídeo de Rebeca no Facebook da Anis são analisadas à luz de uma abordagem etnográfica.

A análise qualitativa dessas interações possibilita avaliação da relevância do acesso à internet e às redes sociais para mobilização por causas comuns de grupos organizados. Polivanov e Santos (2016) abordam os desafios que estão apresentados para a pesquisa na internet:

Quando falamos de pesquisa social, e especificamente de pesquisa qualitativa, referimo-nos aos métodos que, dentro do campo das ciências sociais e humanas, propõem enfoques de aproximação aos objetos cujo propósito fundamental é compreender e interpretar fatos e fenômenos sociais diversos a partir da inserção aprofundada do(a) pesquisador(a) em ambientes culturais específicos

Um dos principais desafios daqueles que assumem esses métodos como guias de trabalho reside na sua capacidade para se inserir em ambientes os mais variados e entendê-los a partir de posições ao mesmo tempo respeitadas e críticas, que não comprometam a legitimidade científica da pesquisa nem pressuponham manipulação dos dados em favor de provar premissas ou hipóteses (POLIVANOV e SANTOS, 2016, p. 181,182).

A avaliação das postagens da Anis, nesta pesquisa, leva em conta a etnografia para analisar como se dá a utilização da internet no cotidiano das pessoas de forma cada vez mais constante. Com base em autores como Hine, é possível constatar novas formas de sociabilidade graças ao uso da rede mundial de computadores e das redes sociais:

---

Nos estudos de mídia, a etnografia tem se posicionado na linha de frente dos esforços para compreender o impacto da mídia na vida das pessoas. A força da etnografia para os estudos de mídia reside em seu foco no que acontece no campo, no contexto, no momento em que a mídia é produzida e consumida (HINE, 2016, p. 12)

Ainda no início dos anos 2000, quando ainda começava a difusão da internet em dispositivos móveis, Hine (2000) propôs o entendimento da internet sob dois aspectos: enquanto cultura, no qual a internet representa um lugar, um ciberespaço, onde a cultura é constituída e reconstituída” e enquanto artefato cultural, como “um produto da cultura: uma tecnologia que foi produzida por pessoas particulares com objetivos e prioridades situadas contextualmente” (HINE, 2000, p. 9).

Este artigo busca analisar e entender as práticas e atores sociais e sua dimensão simbólica. Na campanha #euvoucontar, há uma intenção de publicizar um tema tabu como o aborto e a ampliar o debate sobre os impactos da criminalização desse procedimento para as mulheres. As postagens e interações no Facebook da Anis sobre o vídeo de Rebeca e a análise desse material constituem a parte mais complexa e rica desta pesquisa:

Corroboramos a ideia defendida por Sá (2005) de que a mediação entre pesquisador e pesquisado sempre se fará presente de algum modo, mas que, como também é apontado pela autora, os ambientes digitais têm características próprias, têm gramáticas e linguagens próprias que não podem ser perdidas de vista. Desse modo, observar uma lista de discussão na internet ou uma comunidade virtual em um site de rede social trará dados *materialmente* distintos (como textos escritos, emoticons, imagens e links publicados pelos usuários, por exemplo) daqueles coletados em encontros presenciais (POLIVANOV, 2013).

Para realizar o trabalho de acompanhamento da #euvoucontar, comentários sobre o vídeo de Rebeca foram salvos e catalogados. O vídeo dela foi o que teve maior quantidade de comentários negativos e também ataques mais duros dirigidos a ela.

Neste artigo a internet, as interações e mobilizações possibilitadas por ela são analisadas não como apartadas do mundo *off-line*, mas como parte das práticas sociais cotidianas que contam com o desenvolvimento e a difusão das tecnologias digitais móveis e portáteis que permitem às pessoas estarem em conectividade constante. A utilização da etnografia como abordagem metodológica se deu porque possibilitaria uma análise mais ampla dessas correlações.

Na abordagem etnográfica, o fato social não é percebido como isolado, mas sim articulado com outras esferas da vida que se relacionam e ganham sentido

---

de um todo que as precede. A internet abarca práticas sociais tão múltiplas e diversas que torna problemática qualquer enunciação do que a internet “seja”, como um meio que leve a determinados comportamentos. As “novas mídias”, portanto, entram na vida de sujeitos específicos que se orientam a partir de códigos culturais particulares que criam práticas diversas a serem analisadas (CAMPANELLA, BARROS, 2016, p. 8)

Para Gomes (2016, p. 71), o resultado disso é que “em cerca de duas décadas houve uma grande transformação que modificou radicalmente a nossa relação com o tempo, espaço e também com o trabalho, com a vida”. Nesse contexto, a internet e o que circula nela ganham repercussão e relevância em termos midiáticos e na inserção dos temas do debate cotidiano dos usuários das redes sociais.

A reivindicação dos direitos das mulheres como cidadãs norteia a atuação da ONG Anis e ganha espaço nesse contexto de mais interação com os leitores, propiciado pelo ambiente da internet e das redes sociais como o Facebook.

Canclini (2008, p. 38) destaca que, até meados do século XX, “vastos setores excluídos da esfera pública burguesa – mulheres, operários, camponeses – eram pensados, no melhor dos casos, como virtuais cidadãos que poderiam incorporar-se às deliberações sobre o interesse comum à medida que fossem assimilando a cultura letrada”.

Quando se trata de aborto, o Brasil não registrou mudanças nas leis que punem as mulheres que induzem essa prática. Para Miguel, Biroli e Mariano (2016, p. 129) há um enorme descompasso entre a legislação sobre aborto e o aborto como prática efetiva das mulheres. “A distância entre as normas restritivas e a realidade social das mulheres permite equiparar a proibição do aborto hoje à restrição ao divórcio no Brasil antes de 1977” (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2016, p. 129).

De acordo com o documento Direitos Reprodutivos no Brasil, publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas, instituição que apresenta dados mundiais sobre autonomia reprodutiva, os abortos inseguros impactam nos casos de mortalidade materna:

As restrições legais ao aborto com frequência causam altas taxas de abortos inseguros e ilegais, o que por sua vez gera altas taxas de mortalidade materna, já que há um vínculo direto entre os abortos inseguros e a mortalidade materna.<sup>15</sup>

No Brasil, foram propostos novos projetos de lei na Câmara dos Deputados prevendo aumento de pena e criação de novos tipos penais relacionados ao aborto;

---

<sup>15</sup>Trecho do Documento Direitos Reprodutivos no Brasil, de setembro de 2009. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos\\_reprodutivos3.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos3.pdf)>. Acesso em 15 de julho de 2018.



---

revogação da lei de atendimento obrigatório e integral a pessoas vítimas de violência sexual (Lei 12.845/2013) e imposição de outras barreiras de acesso ao aborto legal.

### **“A mulher que não controla a xereca”**

Houve pelo menos dez postagens da Anis no Facebook sobre Rebeca e uma nova *hashtag* foi criada após a divulgação do vídeo dela: #pelavidaderebeca. Os posts geraram muitos comentários e interações. Todos os comentários analisados a seguir são sobre este vídeo postado em 23 de novembro de 2017<sup>16</sup>.

Em várias oportunidades, na mesma postagem, há respostas por parte da Anis, o que demonstra a interação do perfil da ONG na rede social. No post a ONG agradece um dos comentários de apoio: “Élida, mais um vez, muito obrigada por seu comentário tão importante. Sim, o aborto clandestino é uma questão de saúde pública, e deve ser debatido nesses termos”. A postagem contava com nove mil visualizações até 1º de julho de 2018. Uma outra mulher cujo primeiro nome é Lorena, declara, no mesmo post, apoio à estudante de Direito dizendo:

Força, Rebeca! Seu nome e sua história representam todas as mulheres brasileiras. Obrigada por ter se disposto a se expor, a ser o rosto dessa luta que condena tantas mulheres à clandestinidade. Somos milhares ao seu lado, de mãos dadas com você.

A observação sistemática das postagens da Anis sobre a campanha pela descriminalização do aborto possibilitou inferir que a maioria das pessoas que comentavam a respeito do tema nas postagens da Anis no Facebook já tinham posições consolidadas contra ou a favor do aborto. Os comentários, que funcionam como demarcadores das convicções políticas, revelaram também que havia pouca disponibilidade para o debate entre quem tem pontos de vista diferentes sobre o assunto, de acordo com o acompanhamento das postagens na fanpage da Anis.

Há comentaristas que demonstram críticas à liberdade sexual sempre cobrando a responsabilidade da contracepção somente em relação à mulher e como se o homem não tivesse qualquer papel em relação a esse aspecto. A reprodução do pensamento machista é evidente inclusive nos comentários feitos por mulheres.

---

<sup>16</sup> Comentário postado na fanpage da Anis. Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/AnisBioetica/videos/1759070234165901/>> Acesso em 10 de junho de 2018

Há poucos comentários de homens nesta mesma postagem e nas demais sobre Rebeca. Dentre os comentários na postagem, 53 demonstravam posicionamento dos usuários. Destes, pelo menos 26 eram de pessoas contra o aborto: criticam a decisão de Rebeca, sugerem alternativas como ela ter a criança e oferecer para adoção ou ainda processar o pai, para que garanta o sustento do filho.

Os comentários mais desrespeitosos são de perfis com nomes masculinos. Um deles denominado Bruno diz: “Agora fazer aborto é ter coragem, #pqp que mundo de merda é esse? Matar bandido não pode, agora rasgar a xereca por aí com uns homens de merda esperava saísse ovos de ouro pelo cu? Valeu #empoderadas”. Em um comentário logo em seguida, o mesmo rapaz escreveu: “Rebeca, a moça que não controla a xereca”.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, Rebeca<sup>17</sup> contou que durante algum tempo ficou sem ler comentários a respeito da solicitação que fez ao STF para se poupar das agressões.

Figura 1 – Reprodução de comentário no vídeo de Rebeca. Os comentários mais desrespeitosos são feitos por homens como o Bruno



Fonte: Facebook da Anis <https://www.facebook.com/AnisBioetica/videos/1759070234165901/>

Acesso em junho de 2018

Do ponto de vista metodológico, a campanha da Anis pode ser considerada como uma sistematização de relatos de cada abortante que aceitou compartilhar sua vivência. Esta pesquisa analisa de forma qualitativa parte dos posts veiculados pela ONG no Facebook. Entre os comentários do post, há apenas um em que a autora dá a entender

<sup>17</sup> Entrevista concedida à autora em julho de 2018 que está publicada na íntegra como Anexo 3.

que repensou o posicionamento a respeito do aborto graças ao acompanhamento da campanha #euvoucontar. Um perfil cujo primeiro nome é Raquel diz o seguinte: “Eu sempre fui contra o aborto, mas hoje vejo que o buraco é mais em baixo...(sic) Apontar é fácil afinal ninguém está no lugar dela vivendo os dramas que ela passa”.

A escolha de estudar a repercussão da campanha no Facebook se deu por não haver limitação de caracteres nos textos dessa rede social e pela possibilidade de analisar mais profundamente a interação que haveria nos posts.

Para aprofundar a análise sobre a campanha, foram enviados pelo Facebook convites aos comentaristas do post sobre Rebeca para acessarem link com questionário elaborado pela pesquisadora. A ONG Anis tinha, em 28 de janeiro de 2019, 33.036 seguidores e 32.736 curtidas na rede social Facebook. O questionário com dez perguntas foi criado numa plataforma de pesquisa de opinião (SurveyMonkey) e ficou aberto às participações ao longo de dez dias em janeiro de 2019.

Após a Anis fazer uma postagem na fanpage solicitando a colaboração dos seguidores para esta pesquisa, 33 pessoas responderam. Todos eram favoráveis à descriminalização do aborto (pergunta 1). Desse total, havia apenas dois homens. Em relação à pergunta se conheciam alguém que já havia praticado aborto, 30 (90,91% do total) responderam que sim. À questão que perguntava se a pessoa já havia praticado aborto, 11 (33,33% do total) disseram que sim.

Na questão quatro, a pergunta era: se era a favor da descriminalização do aborto no Brasil e por quê? Ao que todos os respondentes demonstraram apoio à descriminalização e justificaram com motivos como os seguintes:

Porque aborto clandestino mata (respondente número 7)

Sim. A criminalização só serve como forma de penalizar a mulher negra, periférica, sem acesso a meios seguros, já que mulheres com melhores condições financeiras conseguem arcar com os custos de um abortamento seguro. Sem contar que não existem evidências baseadas em fatos para a criminalização, a não ser a crença pessoal de homens brancos cristãos (respondente número 9)

Do total de respondentes, 28 (84,85%) acompanharam o caso de Rebeca e 32 (96,97%) consideraram o pedido de Rebeca ao STF pelo direito de abortar legítimo, segundo as respostas para as perguntas de número oito e nove. A última pergunta do questionário, a 10, era aberta e dizia “Se pudesse deixar uma mensagem para Rebeca,

---

qual seria?” à qual 31 (93,93%) responderam com frases como: O estado falhou com você e você merece reparação! (respondente número 9)

Já a pergunta seis trazia a seguinte questão: “A campanha da Anis relatando em vídeo histórias de mulheres lhe causou alguma mudança de posicionamento sobre o aborto? Qual?”. Para a maioria dos respondentes, 21 (63,63%) a campanha não causou mudança de posicionamento em relação ao tema. Entre os que reconhecem alguma influência da iniciativa em relação à opinião sobre o tema aborto, as justificativas são de que a campanha serviu para reforçar uma posição já favorável ao aborto.

Sobre a pergunta 7, se avalia que a campanha da Anis pela descriminalização do aborto foi positiva e por quê, para 24 (72,72% do total) dos pesquisados a resposta foi sim. Para a maioria, a campanha reforçou a convicção que já havia, outros três disseram não ter elementos para mensurar o impacto da iniciativa e somente um disse não conhecer a campanha.

A realização do questionário tem mais relevância qualitativa, uma vez que 33 pessoas de um universo de 33.036 seguidores responderam. Mas as respostas da amostra dão algumas informações relevantes. O fato de as mulheres serem maioria entre as respondentes pode indicar que o tema sensibiliza e mobiliza mais as mulheres, que são as que engravidam e, conseqüentemente, as que abortam. Além disso, a fanpage da Anis no Facebook e a campanha #euvoucontar podem ser vistas como agregadoras ou mobilizadoras de pessoas de diversos locais que defendem causa semelhante: a descriminalização do aborto no Brasil.

## **CONCLUSÃO**

Desde setembro de 2017 o tema aborto vem sendo acompanhado por meio da avaliação da campanha #euvoucontar com vídeos de relatos de mulheres que abortaram. A observação dessas postagens e o desenvolvimento desta pesquisa foram feitas cotidianamente. O tema suscita defesas apaixonadas contra e a favor. A campanha da Anis aproxima a pauta do cotidiano das pessoas e tenta sensibilizá-las ao contar histórias reais de mulheres que escolheram interromper a gravidez, relatando seus dilemas, dores e angústias.

A observação sistemática dos vídeos leva a inferir que a atuação da ONG que promoveu e divulgou #euvoucontar tem impacto além da internet, assim como ações políticas presenciais das quais participou a representante da ONG, Débora Diniz, também

são reverberadas em redes sociais como Facebook. Há, dessa maneira, um duplo fluxo de atuação. A atuação da Anis nas redes pela descriminalização do aborto gera impacto institucional e as ações nos âmbitos político, científico e midiático repercutem nas redes.

A partir das memórias de mulheres que viveram a experiência do aborto isoladamente, a campanha #euvoucontar conectou histórias de gerações de mulheres que vivem sob esse estigma. Motta (2008) destacou a impossibilidade de tratar o tema de forma individual no Brasil:

“A discussão atualiza o tema de criminalização de práticas históricas no Brasil, que são ao mesmo tempo produto da nossa diversidade cultural, religiosa e ética, e produto do nosso processo arraigado de produção de desigualdades e exclusões. Assim são culpabilizadas mulheres e indivíduos por uma prática que é social e coletiva. Não são mulheres que fazem abortos, é a sociedade brasileira que produz abortos. Somos uma sociedade abortiva, e, por conta do cinismo e da desigualdade social, quem paga o pato é a mulher pobre e quem paga a conta são os cofres públicos; tudo em nome da inviolabilidade da vida” (MOTTA, 2008, p. 682)

A observação dos comentários em posts da campanha na fanpage da Anis e as respostas ao questionário levam a inferir que parte dos usuários do Facebook que seguem a Anis não muda de posicionamento por causa da campanha. Entretanto, os relatos de mulheres trazidos a público, em vídeos, como o de Rebeca Mendes, podem fazer com que alguns seguidores reafirmem suas próprias convicções em relação à descriminalização do aborto, podendo contribuir para compartilhá-las e defendê-las publicamente com mais frequência.

Na amostra de 33 respondentes do questionário aplicado sobre o tema, somente pessoas favoráveis à descriminalização do aborto se dispuseram a dar opinião a respeito da iniciativa que buscava sensibilizar pessoas sobre pauta que está em julgamento por meio da ADPF 442 no Supremo Tribunal Federal (STF). A grande maioria dos que responderam ao questionário (84,85%) acompanhou o caso de Rebeca.

Após a ADPF no STF e o caso de Rebeca, o tema foi pautado várias vezes na imprensa e suscitou manifestação de solidariedade de outras mulheres em defesa de Rebeca, inclusive com a criação de uma hashtag #pelavidaderebeca. Em dezembro de 2017, por exemplo, foi divulgado documento assinado por 172 mulheres que assumiram terem feito aborto e que manifestavam apoio a Rebeca Mendes<sup>18</sup>. Entre elas estavam atrizes, advogadas, jornalistas, professoras e sociólogas, que se posicionaram dizendo que

---

<sup>18</sup> A iniciativa ocorreu cerca de 15 dias depois da divulgação do vídeo de Rebeca Mendes pela Anis. <<https://oglobo.globo.com/sociedade/declaro-ter-feito-um-aborto-dizem-172-mulheres-em-manifesto-publico-22171500>> Acesso em 15 de dezembro de 2018

o aborto é “prática corriqueira e que coloca em xeque a vida das mulheres brasileiras de todas as classes, regiões e credos”.

Ao longo da campanha, o clima de acirramento político no Brasil se intensificou, o que pôde ser observado também nas redes sociais. Os comentários agressivos foram publicados contra Rebeca e contra a pesquisadora que está à frente da Anis e é idealizadora da #euvoucontar, Débora Diniz. No caso de Débora, a situação levou-a a deixar o país após receber ameaças de morte pela internet.

Apesar da relevância das redes sociais e de um acesso mais amplo à emissão de conteúdos por parte da população, a situação de acirramento e de desumanização do debate indica a necessidade de reflexão sobre o uso das redes sociais na perpetuação de violências. Para o autor francês Dominique Wolton (2012), as competências humanas precisam ser valorizadas:

“Não apenas a multiconexão não garante uma melhor comunicação, como expõe ainda mais a questão da passagem da comunicação técnica à comunicação humana. Na realidade, sempre chega o momento em que é preciso desligar as máquinas e falar com alguém. Todas as competências que se tem diante da técnica não induzem em nada uma competência nas relações humanas” (WOLTON, 2012, p. 101).

A reflexão que se faz é qual a capacidade de pensar na dor do outro, no sentimento do próximo, quando há uma facilidade de emitir opinião e de fazer julgamentos sobre os mais variados assuntos através das redes sociais, mesmo sem conhecer a realidade daquela mulher que optou por interromper a gravidez, apesar de não saber quais condições materiais e emocionais ela tinha para levar adiante a gestação.

A pesquisadora Cristiane Costa é uma das autoras que ponderam as limitações e progressos do feminismo nas redes sociais:

Já não estamos mais tão otimistas assim como na época em que Castells celebrou as manifestações. No momento, as mídias sociais estão sob observação. O sonho de uma web descentralizada e democratizante pode não ter se esgotado, porém exige atenção redobrada. Mas vale insistir: se algum movimento se beneficiou da lógica descentralizada das redes, sem dúvida esse movimento foi a insurreição feminista (Costa, 2018, p. 60)

Mesmo após a saída de Débora Diniz do país, a campanha divulgou novos vídeos com relatos de mulheres narrados por ela, que se manteve escrevendo textos para veículos de mídia, como a revista Marie Claire, também disponibilizados na internet.

De origem hebraica, o nome de Rebeca significa “aquela que une”. Iniciativas de ativismo digital feminista, no Brasil, ainda enfrentam resistência sistemática, mas se mostram um caminho viável para trabalhar a sensibilização e a difusão de informações contextualizadas sobre temas complexos como o aborto, alcançando pessoas que possam se tornar multiplicadoras desses conteúdos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BABO, Isabel. Redes e ativismo. In DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick. **Net-Ativismo: Redes digitais e novas práticas de participação**. Campinas: Papyrus, 2017, p. 77-88.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo – a experiência vivida**, volume 2. 3ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2016.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Aborto e democracia**. São Paulo. Alameda, 2016.
- CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. **Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos**. 1ª edição. Rio de Janeiro: E-papers, 2016, p. 5-9.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**, 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- DE MATTOS MOTTA, Flávia. Sonoro silêncio: por uma história etnográfica do aborto. *Estudos Feministas*, p. 681-689, 2008.
- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2011.
- GOMES, Laura Graziela. “Novas tendências e desafios metodológicos nos estudos de consumo midiático”. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. **Etnografia e consumo midiático**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2016.
- HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. London: SAGE Publications, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia”. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. **Etnografia e consumo midiático**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2016.
- hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Ana Luiza Libânio. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Não paginado.
- POLIVANOV, B. Etnografia Virtual, Netnografia ou apenas Etnografia? Implicações dos Termos em pesquisas qualitativas na Internet. In: **Intercom. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2013. p. 1-15.
- \_\_\_\_\_; SANTOS, Débora. “Términos de relacionamentos e Facebook: desafios da pesquisa etnográfica em sites de redes sociais”. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. **Etnografia e consumo midiático**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2016.
- PRUDÊNCIO, Kelly. “Micromobilizações, alinhamento de quadro e comunicação política”. **Revista ComPolítica**, n. 4, v. 2, p. 88-110, edição agosto-dezembro de 2014
- WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Internet, e depois?** Porto Alegre: Sulina, 2012